



**JEL** UERJ  
Jornadas de Estudos da Linguagem  
02 a 04 de DEZEMBRO de 2010



**A (super)competência discursiva de um (do) enunciador lusófono: uma análise sobre política linguística para a difusão do português**

*Diego Barbosa da Silva (UERJ)*  
*vsjd@uol.com.br*

Desde o início do governo Lula (2003), o Brasil tem se empenhado em ampliar rapidamente a presença da língua portuguesa no mundo. Por causa disso, uma série de políticas linguísticas foram implantadas, tais como a criação da Comissão da Língua Portuguesa – COLIP (2004-2007), a proposta de fundação do Instituto Machado de Assis (2004), ambas no Ministério da Educação e a inauguração da TV Brasil Internacional (2010), no âmbito do governo brasileiro ou a inauguração do Instituto Internacional de Língua Portuguesa em Cabo Verde (1999-2005) e a entrada em vigor do acordo ortográfico de 1990 (2009), no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP é uma organização criada em 17 de julho de 1996, que reuniu primeiramente os sete países de língua oficial lusa, com o objetivo, entre outros, de materializar projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. Atualmente, a CPLP conta com oito Estados membros, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste e mais três países, observadores associados, Guiné Equatorial, Maurício e Senegal. De acordo com o artigo 8º do seu estatuto, compõem a CPLP os seguintes órgãos: a) a Conferência de Chefes de Estado e de Governo; b) o Conselho de Ministros, que reúne os chanceleres ou ministros das relações exteriores e negócios estrangeiros dos Estados-membros; c) o Comitê de Concertação Permanente; d) o Secretariado Executivo; e) a Assembleia Parlamentar; f) as Reuniões Ministeriais, constituídas pelos ministros e secretários setoriais de cada membro como Educação, Saúde, Agricultura; h) a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, composta por representantes dos membros para tratar assunto específico de cooperação como o combate à Aids ou à fome e g) o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, já citado aqui.

O presente trabalho refere-se à pesquisa de dissertação de Mestrado em Linguística que visa analisar a partir da Análise do Discurso de base enunciativa (BAKHTIN, 1979 e 1997; FOUCAULT, 2008; MAINGUENEAU, 1989 e 2007) as declarações e resoluções da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e do Conselho de Ministros da CPLP sobre a difusão e promoção da língua portuguesa. A análise de um documento produzido pela CPLP para estudar as políticas linguísticas para o português se mostra importante porque a organização, além de reunir como membros apenas os países de língua oficial portuguesa, apresentando, assim, as vozes nacionais dos países lusófonos, tem entre seus objetivos principais a difusão da língua. A seleção desses corpora de análise, dentre os documentos dos diversos órgãos da CPLP, deve-se ao fato de que tanto a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, quanto o Conselho de Ministros são os dois mais importantes e os únicos com a competência para modificar o estatuto da organização. Nossa análise caminha para a constatação da existência de um (super)enunciador onisciente e onipotente, inspirado nas ideias de Nietzsche (1998), que domina uma (super)memória interdiscursiva articulando desde o colonialismo e a mitologia colonial à lusofonia (SILVA, 2009; MARGARIDO, 2000) e ao luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (1940; 1961 e 2006). Esse enunciador remete a uma (super)competência discursiva marcada pelo uso do presente não dêitico, pelo enunciado não embreado e pela falta de referências ao próprio enunciado. Ele representa/busca uma monofonia –

apesar dos conflitos herdados do colonialismo/imperialismo – a partir de uma heterogeneidade fundante própria da Lusofonia, graças à diversidade de povos lusofalantes. O enunciador utiliza, ainda, paradigmas como o multilinguismo/multiculturalismo (RIGAUD, 1979/1980) para questionar um mundo cada vez mais homogêneo, dominado pela língua inglesa e pelos Estados Unidos, quanto hegemom do sistema internacional.

Palavras-chaves: política linguística; CPLP; língua portuguesa; enunciador; interdiscurso.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, M.. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*, 51ª edição. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1940.

\_\_\_\_\_. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar, 2007.

MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

RIGAUD, Jacques. *Les Relations Culturelles Extérieures*. Paris: La Documentation Française, 1980.

SILVA, Agostinho da. *Condições e Missão da Comunidade Luso-Brasileira e outros ensaios*. Brasília: Funag, 2009.